



INTERNATIONAL
WORLD MAP 2008
ANTI-IMPERIALIST
STRATEGY

USAID

USAID

USAID

USAID

USAID

eric's
Montessori
www.ericmontessori.com

7

A solidariedade revolucionária e internacional como ferramenta de libertação dos povos

Por Mariana Messere¹

Resumo // Este artigo tem como objetivo compreender o papel do Imperialismo nas atuais Relações Internacionais e suas consequências no Sul Global, destrinchando a nova configuração da divisão internacional do trabalho. Também tem o intuito de evidenciar a necessidade da reivindicação histórica das lutas de libertação e suas características revolucionárias.

Palavras-chave // Imperialismo. Relações Internacionais. Emancipação.

1 Mariana Messere é estudante de Relações Internacionais na UFRJ, carioca da gema e militante comunista em formação

Introdução

A história das nações frequentemente possui cunho trágico devido ao seu violento processo de construção através do capitalismo e, posteriormente, do imperialismo. A construção das identidades nacionais, especialmente se referindo aos países colonizados, raramente são espontâneas e culturalmente homogêneas. A história mais uma vez nos impõe a necessidade de uma análise crítica sobre os fatos, evidenciando as contradições mais essenciais do sistema no qual essas identidades foram construídas.

Para isso, é preciso que se escolha, primeiramente, uma definição crítica para os termos abordados neste artigo. Proponho incorporar a definição de Lênin para o conceito de Imperialismo, o primeiro marxista a teorizar sobre o tema. Em seu livro *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, o autor evidencia a centralidade do imperialismo na compreensão da realidade geopolítica da época, em que a partilha do mundo significava subordinação direta de povos e nações. Lênin percebe que seria impossível fazer uma análise precisa da realidade e, conseqüentemente, emancipar os trabalhadores de seus grilhões, sem reconhecer a existência dessa nova configuração mundial. Para ele, “O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral.” (Lenin, 1917, p.42)

Dessa forma é possível dizer que o Imperialismo foi uma consequência direta do desenvolvimento capitalista, que se deu de maneira desenfreada ao final do século XIX. Os alicerces do capitalismo sendo, entre eles, a defesa imprescindível da propriedade privada, gerou inevitavelmente a onda de colonização e a partilha do mundo. Isso porque esses estão atrelados aos incessantes desejos de expansão econômica e requerem o controle das mais variadas fontes de matérias primas e recursos naturais, além do domínio de pontos estratégicos no globo que permitam vantagens comerciais a quem os detém. Lênin exemplifica dizendo que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi um evento marcado: “pela partilha do mundo, pela divisão e distribuição das colônias, das esferas de influência do capital financeiro etc.” (Lenin, 1917, p.2).

Nesse sentido, é importante notar que a riqueza natural do sul global é central no entendimento de como se organiza a Divisão Internacional do Trabalho. Como citou Eduardo Galeano em *As veias abertas da América Latina*, “A generosidade da natureza os condena à espoliação e ao crime” (Galeano, 1970, p. 78). Ou seja, é essa abundância que dificulta ainda mais o rompimento da lógica desigual do

Sistema Internacional. O Norte, especificamente os Estados Unidos e a Europa, estão colocados em vantagem nesse jogo, uma vez que foi possível a eles, através da história, um enorme acúmulo prévio de capital. Foi justamente através da violência, espoliação e da guerra que o poder político se consolidou em poder econômico e, ainda hoje, são esses os países especializados em “ganhar”, analisando ainda a atual divisão internacional do trabalho, que será mais profundamente abordada ao longo do texto. É claro que, considerando a extrema complexidade da realidade que nos é imposta, essa dicotomia precisa ser pontuada. Existem exemplos específicos ao redor do globo que exibem diferentes graus de desenvolvimento. Vemos países anteriormente contidos pelo Imperialismo, triunfando (por exemplo, China). A análise proposta nesse artigo tem como objetivo evidenciar a estrutura organizacional e seus alicerces, em outras palavras, aquilo que baseia ideológica e politicamente a disposição dos países no sistema e a importância da reivindicação do chamado Sul Global pelos mais diversos setores da sociedade contemporânea. Faz-se necessário refletir, com um olhar especificamente brasileiro, como as relações internacionais, ainda hoje, estão pautadas pelo imperialismo e como a luta de libertação dos povos se dá nesse contexto. Sendo assim, se pretende trazer uma visão amplamente internacionalista, dialogando com os ideais de emancipação dos povos oprimidos ao redor do globo.

Neocolonialismo e a atual divisão internacional do trabalho

A divisão internacional do trabalho (DIT) significa a especialização produtiva que cada país exerce no comércio mundial. Baseado e concretizado em uma realidade de livre-comércio, a DIT continua sendo extremamente desigual, mesmo que com novas configurações. O comércio global, que por um lado está em constante mudança devido a diversos fatores como novas tecnologias, por outro permanece injusto.

A chamada nova divisão internacional do trabalho, que se deu a partir da globalização e da revolução tecnológica, ocasionou uma reestruturação do capital financeiro e possibilitou o surgimento de multinacionais e transnacionais, que explicam em parte a industrialização e nova especialização técnico-produtiva de países subdesenvolvidos. Mas é importante notar que, mesmo com essa mudança de paradigma, essa reestruturação possui fatores políticos típicos e se deu através

da terceirização do trabalho, com os países do sul global mais uma vez ofertando partes do seu território para as indústrias de capital estrangeiro. O Brasil, por exemplo, continua investindo forte na exportação de *commodities* e no seu complexo de petróleo, motivado por diversas dificuldades na modernização de seu complexo industrial (O setor industrial no Brasil que antes correspondia a 25% do PIB, hoje representa apenas 15%) e consequência do baixo interesse da burguesia brasileira (dependente frente à burguesia de países centrais) na especialização técnica da nova indústria microeletrônica. Ou seja, o cruel desequilíbrio da balança comercial nos permite identificar que continuamos em desvantagem perante o centro do capitalismo global: alimentamos o mundo enquanto temos o gigantesco fantasma da fome. Somos fonte de sementes, petróleo, ferro, cobre, frutas e carne. Um mercado que beneficia muito mais quem compra do que quem produz. São essas as contradições dos países do sul global que tornam mais latente, a cada dia, a necessidade de retomar no vocabulário crítico o conceito Imperialismo.

O ex-presidente estadunidense Woodrow Wilson advertia: “Um país é possuído e dominado pelo capital que nele foi investido”. Essa era sua justificativa para limitar quaisquer concessões que se quisesse fazer em seu país, referindo-se a entrada de capital estrangeiro. Wilson sabia que estava correto: Fazia-se o oposto na América Latina. Arquitetadas principalmente pelo próprio EUA, nós sempre precisamos fazer essas concessões a eles, e as fazemos até hoje. Os países latino-americanos constantemente convivem com as consequências desse fato, que se materializam no seu subdesenvolvimento. Esconde-se nesse conceito o caráter violento do Imperialismo, pois não estamos falando de invasão, dominação direta e colônias (em sua definição mais essencial). A complexidade das relações econômicas torna mais difícil o diagnóstico que podemos fazer com uma lente crítica ao liberalismo de hoje em dia. Afinal, a miséria e as dificuldades do dia a dia do povo latino-americano é consequência direta do atraso econômico que nos norteia. Para a classe trabalhadora dos países desenvolvidos terem cada vez mais seus direitos garantidos e melhores condições de vida, a classe trabalhadora do Sul perde direitos básicos e enfrenta condições de trabalho cada vez mais precárias.

“Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beleguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transforma em sucata, os alimentos em veneno” (Galeano, 1970, p.19)

A globalização e a chamada Revolução Tecnológica ou Terceira Revolução Industrial trouxeram, como dito de forma breve anteriormente, mudanças de paradigma. Vemos o avanço da ciência e da tecnologia triunfando, uma nova indústria se expandindo e cada vez mais pessoas conectadas entre si e com pleno acesso à informação. Porém o sistema que estrutura essas mudanças impossibilita que elas sejam verdadeiramente globais. Temos inúmeros novos remédios e tratamentos, mas milhões de pessoas morrem das mais brandas e curáveis doenças. Uma indústria cada vez mais automatizada, mas, ao invés de significar mais qualidade e tempo de vida para os trabalhadores, vemos o aumento do desemprego e massas de pessoas ao relento, sem qualquer amparo. Essas desigualdades, que permeiam todos os âmbitos da sociedade, vão das relações entre todos os países do globo às relações entre pessoas de uma mesma cidade. Centros urbanos cada vez mais pulsantes, privilegiados pelo avanço do homem, crescem paralelamente às suas periferias. Cria-se periferias dentro dos próprios países, onde algumas regiões prosperam enquanto outras sucumbem, como a relação Sudeste *versus* Nordeste no Brasil ou a própria relação pré-imperialista brasileira com seus pequenos países vizinhos. Essas contradições que são partes fundamentais da condição do homem no sistema capitalista continuam perpassando nossas relações mais subjetivas: O fenômeno da mercantilização se expandiu, através da fase superior do capitalismo, aos mais “primitivos” instintos humanos, como o senso de coletividade, rejeitando o senso de cooperação em detrimento da competição. O Imperialismo impregnou-se nas Instituições assim como em nossas mentes e deve ser mais constantemente debatido. Massas de pessoas na pobreza e na miséria foram naturalizadas ao longo de anos de exploração contínua, tratadas como algo “normal”. Esse problema inclusive pode ser percebido nos espaços de debate acadêmico ou de militância, onde ainda não se faz suficientemente a conexão necessária dessa condição material com as normas imateriais do sistema financeiro internacional, ainda ditadas pelo neocolonialismo.

O apagamento da história

Ao final da Guerra Fria, os seus vencedores apagaram parte da história. A derrota do movimento terceiro-mundista e do socialismo como uma possível alternativa ao capitalismo também significou que, desde então, seja esquecido por diversos autores, militantes, intelectuais e pelo monopólio da mídia, o papel crucial da teoria marxista no pensamento anticolonial e, conseqüentemente, sua

expressiva participação em todos os movimentos de emancipação e independência em África, por exemplo.

O poder cultural dos países vitoriosos, liderado pelos Estados Unidos, também é parte essencial da compreensão desse fenômeno. Alinhado ao pensamento dominante, ou seja, liberal, o *soft power* estadunidense é um dos pilares do imperialismo atual. É através dele que noções ideológicas são transpassadas como verdade ou “razão”. Não se identifica no discurso liberal a noção de ideologia ou pensamento político, mas sim uma ideia *naturalizada*, supostamente pré-concebida em nossa sociedade. Destaco aqui a importância da cultura como consequência direta da globalização. Não é mais possível, em uma expressiva parcela do mundo, estabelecer relações de poder tão explícitas. Sendo assim, o capitalismo necessitou reconfigurar-se para adaptar-se ao seu tempo e, corroborado pela mesma ideologia homogênea citada, possibilitou a existência de partes esquecidas da nossa história, propositalmente apagadas. Apagar a história ou contá-la de forma única significa também apagar povos e nações inteiras. Vemos isso desde o início das Grandes Navegações, onde não bastava exterminar uma população, mas toda a sua forma organizativa, perpassando suas crenças, costumes e idiomas. Exemplifico aqui o pouco conhecimento público de grandes tragédias históricas como a colonização belga no Congo, da mesma maneira que há uma extensa produção de conteúdo acadêmico, cultural e midiático ao se tratar do Holocausto. Evidente que seja necessário o reconhecimento histórico dessa tragédia, mas torna-se insustentável conceber que não exista tamanha dedicação para fenômenos até mais recentes, que aconteceram e acontecem no sul do mundo. Um olhar crítico nos permite compreender que a implementação dos campos de concentração não foi uma invenção de Hitler, mas um dos muitos métodos bárbaros dos grandes colonizadores. Cabe citar Amílcar Cabral, um grande político e teórico marxista cabo-verdiano: “Passamos a ser arrastados pela História dos países da Europa” (Cabral, 1974, p.108).

A dominação da África e Ásia foi um dos eventos mais violentos da nossa história, com a morte de milhões de pessoas e o surgimento dos mais terríveis métodos de controle, exploração e humilhação. Esse processo histórico recente, por mais que seja estudado (de forma ainda superficial) nas escolas, é pouco aprofundado no debate social amplo. Pouco se fala também do processo de independência das colônias, suas lutas de emancipação e o caráter socialista e revolucionário de seus processos emancipatórios, como dito anteriormente. Outro exemplo é o resgate da memória dos Panteras Negras sem reconhecer o caráter internacionalista

e revolucionário do Partido. Como expressa Jones Manoel no livro *Revolução Africana*, organizado por ele e Gabriel Landi:

“O Partido dos Panteras Negras para Autodefesa, essa organização radical, revolucionária, profundamente conectada ao campo socialista no âmbito da solidariedade internacional e com diversas ligações com o marxismo, foi transformada em uma expressão do empoderamento, representatividade liberal e em uma marca estética” (Manoel, 2019, p.13-14).

Esses fatos refletem inevitavelmente as condições materiais e históricas do nosso tempo, limitadas em compreender de maneira mais completa e total, os fenômenos do mundo. Como explica Marx em *A crítica da filosofia do direito de Hegel*: “a teoria também se torna força material quando se apodera das massas” (Marx, 2013, p.157). Sendo assim, entende-se a finalidade política do apagamento histórico desses processos. O conhecimento foi e pode (deve) tornar a ser uma das ferramentas na luta anti-imperialista.

Festejemos a luta: a libertação dos povos ontem e hoje

As lutas de emancipação africanas, que perpassam todo o século XX, não podem ser esquecidas. Estamos falando de um processo extremamente recente, que determina ainda hoje o lugar dos países africanos no sistema mundial e na nova divisão internacional do trabalho. Um continente extremamente rico em recursos naturais, fonte de energia e minério, que ainda hoje abastece a Europa, mesmo depois de anos de independência. Nesse sentido, é importante reafirmar que a derrota do campo socialista significou também a derrota das lutas terceiro-mundistas. Se conquistou a independência, mas apenas formalmente.

Paralelamente a isso, a América Latina viveu intensos esforços para sobreviver à ditadura militar-empresarial que marcava o final do século passado no continente. As lutas armadas e profundamente ligadas aos ideais emancipatórios que carecemos hoje, foram parte fundamental da conquista do restabelecimento da democracia. Mas hoje, depois de poucos anos de progresso, vemos novamente a reação neoliberal, financiada por agentes externos e pela burguesia interna dos

países sul-americanos, ceifar as conquistas dos povos dessas terras. O regresso de direitos previamente estabelecidos pela luta popular, estão sendo desmantelados novamente pelo interesse do capital financeiro.

A expansão militar estadunidense também é uma das características reacionárias que podem ser citadas para entender o imperialismo de hoje. As chamadas “Guerra ao terror”, que justificaram a invasão sistemática de países do Oriente Médio e Norte África, são outros exemplos de um imperialismo direto e sangrento.

De maneira mais geral, as lutas de libertação dos povos, que se modificam de acordo com as especificidades de cada região social-geográfica do globo, precisam cada vez mais enfrentar um inimigo mais disperso, taticamente escondido em outros nomes, protegido pelos grandes órgãos monetários internacionais e tendenciosamente falacioso nos seus discursos culturais hegemônicos. O imperialismo, em sua definição mais essencial, ainda não acabou. Reconhecê-lo é o primeiro passo no longo e árduo caminho de enfrentá-lo. Acredito que seja importante também resgatar as lutas que vieram antes: Estudar, se debruçar e compreender as conquistas e contradições das lutas populares anteriores a nós. Reconhecer seus papéis no processo de transformação política do espaço e, mais ainda, reforçar seu caráter revolucionário. É comum vermos, inclusive entre grande parte da esquerda hoje, renegar completamente todas as experiências socialistas precedentes. É claro, isso sendo consequência do poder cultural hegemônico discutido anteriormente. A História é também instrumento de guerra: A guerra contra o Imperialismo de ontem e de hoje.

A iniciativa contida na produção desse artigo permeia esses valores. Tem como objetivo contribuir com o resgate de ideais e gerar a necessária reflexão acerca da condição de dependência brasileira, latino-americana e do sul global como um todo. Não é possível realizar uma análise do Sistema Internacional como objeto de estudo, sem considerar os aspectos citados brevemente ao longo deste artigo, ou seja, sem citar as contradições estruturais que baseiam esse Sistema. Assim como torna-se incompleta aquela pesquisa que desconsidera a influência externa na história político-econômica brasileira, por exemplo.

O resgate histórico e a democratização do conhecimento devem ser, dessa forma, os pilares das atuais lutas de libertação dos povos oprimidos, assim como das que virão. Sendo assim, concluo reiterando a importância da identificação do sul político como central nas mudanças que queremos ver no mundo. Não será possível conquistá-las sem a união dessas nações em um tricontinente de ideias e solidariedades internacionais. A identidade também é crucial para a criação de

um sentimento revolucionário. Ela facilita a empatia e consequentemente a organização necessária para enfrentar o capitalismo. As diferenças devem ser taticamente combatidas: a classe trabalhadora interna de cada país, com suas enormes divergências culturais, regionais e econômicas, precisa reconhecer essas diferenças, sem deixá-las paralisarem o movimento emancipatório em torno de um objetivo comum. Essa paralisia nas lutas de libertação é também estratégica para o Imperialismo, fruto do apagamento histórico discutido no tópico anterior. Em termos globais, esse mesmo problema é posto e deve ser combatido de forma semelhante. O sentimento de solidariedade revolucionária deve prevalecer, lembrando-nos a todo tempo que é preciso caminhar juntos em direção à Liberdade e pelo fim das opressões de todo o tipo.



Referências bibliográficas

CABRAL, Amílcar. *Análise de alguns tipos de resistência*. Lisboa, 1974, p.107 a 133.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2019

LENIN, Vladimir Ilyich. *Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MANOEL, Jones. *Revolução Africana: Uma antologia do pensamento marxista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019

MARX, Karl. *Crítica a filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.